



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.
Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA N.º 33.056/2018-CGMP

INTERESSADA: ZENILDE FERREIRA ALVES DE FARIAS – 61ª PMJ DA EDUCAÇÃO DE NATAL.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SUBSTITUIR CONTROLES FÍSICOS POR INFORMATIZADOS.

PARECER

Trata-se de Procedimento de Gestão Administrativa, instaurado após solicitação da Bela. Zenilde Ferreira Alves de Farias, da 61ª Promotoria de Justiça da Educação de Natal, no qual requer autorização para substituir todos os livros obrigatórios e facultativos da 61ª PmJ de Natal por controles informatizados (formato digital), bem como para manter os controles dos registros já existentes no citado formato digital, com as providências previstas no artigo 49 da Resolução nº 001/2012-CGMP.

Determinou-se como diligência a juntada de cópia da decisão proferida no Procedimento de Gestão Administrativa nº 30.723/2018-CGMP, a qual está nos autos na fl. 03.

Vieram os autos conclusos.

O caso apresentado pela requerente para apreciação desta Corregedoria-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte diz respeito ao pedido de autorização para substituir todas as pastas e livros físicos da 61ª Promotoria de Justiça da Educação de Natal por controles virtualizados que, segundo a solicitante, “tem como objetivo a segurança e controle mais eficiente dos dados e documentos que tramitam no âmbito desta Promotoria de Justiça”.

Ocorre que semelhante pedido já houvera sido interposto pelo Bel. Raimundo Silvio Dantas Filho, enquanto Coordenador das Promotorias da Educação de Natal, pugnando pela substituição dos controles físicos, à exceção do livro de protocolo geral, das 58ª e 61ª Promotorias de Justiça de Natal, por controles informatizados, arquivados em formato digital, no PGA nº 30.723/2018-CGMP, o qual teve o deferimento do pedido em 14/05/2018, como vemos na fl. 03.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.
Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

Ressaltou, ainda, o Coordenador das Promotorias da Educação de Natal, no PGA citado, que já havia feito requerimento semelhante em relação à 78ª PmJ de Natal, o qual foi deferido nos autos de Procedimento de Gestão Administrativa neste Órgão Correicional.

O que difere o presente pedido do anteriormente interposto pelo Coordenador das Promotorias da Educação é o fato do requerimento agora ter sido feito em relação a substituição da **integralidade** dos livros obrigatórios e dos facultativos da 61ª PmJ de Natal, previstos na Resolução nº001/2012-CGMP, por controles informatizados, com as providências previstas no art. 49 da citada Resolução.

Diante da possibilidade de substituição dos livros e controles por programas informatizados, providenciadas cópias de segurança (backup) pelo menos a cada semana, nos termos do art. 45 da Resolução nº 001/2012-CGMP, bem como diante da previsão de autorização especial, mediante ato próprio, da Corregedoria-Geral do Ministério Público, nos termos do art. 48 da Resolução mencionada, considerando a maior segurança, estabilidade e controle mais eficaz dos dados e documentos em tramitação, além do precedente existente nesta Corregedoria-Geral, o pedido deve ser deferido em parte, para que seja mantido fisicamente apenas o livro de Protocolo Geral.

O livro de Protocolo Geral deve permanecer em meio físico em razão de ser um livro residual destinado ao protocolo em geral de feitos e expedientes que não se sujeitam a devolução ou encaminhamento específicos através das guias emitidas pelo sistema informatizado, ou, embora sujeito a sistema informatizado, este esteja inoperante no momento em que dele se necessite.

Em razão do exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, em resposta à Promotora interessada e em consonância ao posicionamento já adotado por este Órgão Correicional, **pelo deferimento parcial do pedido**, no sentido de permitir-se a substituição dos controles físicos existentes atualmente na 61ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

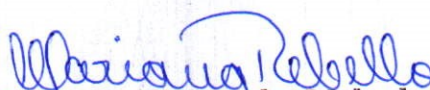
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.
Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

registrados em livros e pastas físicas, à **exceção do livro de protocolo geral** (que deve permanecer físico), por sistema informatizado, virtual, de acesso livre aos órgãos de controle do MP, e com realizações de *back ups* periódicos, nunca inferior a uma vez por semana, conforme recomendações da DTI e do GSI/MPRN.

É o parecer que ora submeto à apreciação superior do Corregedor-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Natal, 28 de maio de 2018.


Mariana Rebello Cunha Melo de Sá
Promotora Corregedora IV



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.
Tel: 3232-7134/3232-7136

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA N.º 33.056/2018-CGMP

INTERESSADA: ZENILDE FERREIRA ALVES DE FARIAS – 61ª PMJ DA EDUCAÇÃO DE NATAL.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SUBSTITUIR CONTROLES FÍSICOS POR INFORMATIZADOS.

DESPACHO

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Mariana Rebello Cunha Melo de Sá como razão de decidir para autorizar a substituição dos controles físicos, à exceção do livro de protocolo geral, da 61ª Promotoria de Justiça de Natal, registrados em livros e pastas físicas, por controles informatizados, arquivados em formato digital, de acesso livre aos órgãos de controle do MP, e com realizações de *back ups* periódicos, nunca inferior a uma vez por semana.

Encaminhe-se ofício com cópia do parecer e da presente decisão à Promotora de Justiça interessada.

Cumpra-se.

Natal, 29 de maio de 2018.


ANÍSIO MARINHO NETO
Corregedor-Geral do Ministério Público